



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS  
**Gabinete Ver. Bispo Padovan.**

*Bispo Padovan*  
VEREADOR

CMU 000643-LEB 19/04/2023 12:37

PROJETO DE LEI Nº 54 /2023

Institui o parcelamento do imposto sobre a transmissão de bens imóveis ITBI, no Município de Uruguaiana e da outra providência.

**Art. 1º** – Fica instituído no Município de Uruguaiana o parcelamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis “ITBI”.

§ 1º O parcelamento que trata o caput deste artigo, será concedido ao contribuinte que o solicitar, desde que esteja em dia com suas obrigações junto à Prefeitura do Município de Uruguaiana RS.

§ 2º O parcelamento se dará em até 12 (doze) meses, respeitando a parcela mínima de 1 Unidade de Referência Municipal. (URM).

§ 3º O crédito tributário, objeto de parcelamento, será acrescido de 1% para cada mês parcelado, incidente sobre o montante do crédito.

§ 4º O contribuinte que atrasar o parcelamento incorrerá em multa e juros instituídos e determinados pelo executivo Municipal, através da regulamentação desta Lei.

**Art. 2º** – No caso de parcelamento do “ITBI”, somente após a quitação da dívida será autorizada a lavratura de escritura pública no Cartório de Ofício de Notas ou a transcrição do título de transferência no Cartório de Registro de Imóveis.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Uruguaiana, 19 de abril de 2023

  
**Ver. BISPO PADOVAN**  
Bancada do Republicanos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER LEGISLATIVO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA**  
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS  
**Gabinete Ver. Bispo Padovan.**

*Bispo Padovan*  
VEREADOR

**JUSTIFICATIVA**

O presente projeto tem por finalidade instituir o parcelamento do ITBI, no entanto, o parcelamento não reduz nem dispensa oneração fiscal, o mesmo apenas possibilita dilui-lo em parcelas a obrigação tributária, assim, facilitando o respectivo pagamento, diluindo encargos para os contribuintes.

Este projeto já está em execução em diversas cidades do país, que já fazem o parcelamento do ITBI, até mesmo justificável pela crise nacional, incentivando inclusive a compra e venda de imóveis.

Por muitas vezes, os compradores não efetuam a transferência no Registro de Imóveis (diga-se não, pagam ITBI), pelo custo elevado da transferência cumulando assim, com sucessivas compras e vendas através de "contratos de gaveta"

Com vistas a possibilitar a regularização desses contratos, é que surgiu o presente projeto de lei, certos de que a previsão de parcelamento dos valores, a título de tal imposto, observa o interesse público. Com tudo isso é certo afirmar que a arrecadação do Município aumentará consideravelmente.

Uruguaiana, 19 de abril de 2023.

**Ver. BISPO PADOVAN**  
Bancada do Republicanos